

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

ATA Nº 141 - “C”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1ª SECRETÁRIA - DEPUTADA ZILDA (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária, com a finalidade de apreciar os Relatórios da CPI e o do Orçamento Geral do Estado, em Redação Final, o Projeto de Lei nº 190/98 e outros Projetos de Lei de autoria dos Srs. Deputados.

Solicito à Deputada Zilda e ao Deputado Eliene que assumam a 1ª e 2ª Secretarias.

(A SRª DEPUTADA ZILDA E O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Não há Ata a ser lida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, a Srª 1ª Secretária, para a leitura do Expediente.

A SRª 1ª SECRETÁRIA - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Não havendo orador inscrito, passemos à Ordem do Dia.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Relatório Final da CPI das LFTEs.

Esse Relatório encontra-se em processo de votação, com pedido de vista do Deputado Moisés Feltrin. E ele retorna à Mesa Diretora agora para apreciação. Já foram feitos dois encaminhamentos favoráveis.

Continua em votação o Parecer...

O Sr. Moisés Feltrin - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, o Parecer foi favorável, pelo registro da Taquigrafia... V. Exª está dizendo que é favorável, mas tem os votos contrários dos membros da Comissão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - O Parecer é favorável porque o Deputado Humberto Bosaipo e o Deputado Paulo Moura mudaram os seus votos. Conseqüentemente, com o Relator, são 3 votos a 2. Então, o Parecer é favorável.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - Olha, Deputado, nós precisamos votar a matéria. Não dá mais para permitir esse tipo de coisa.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, qualquer membro da Comissão pode pedir a palavra pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - V. Ex^a pediu...

O SR. MOISÉS FELTRIN - Quem está pedindo, agora, é o Deputado Roberto Nunes.

O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, Deputado Riva, eu prestei atenção e V. Ex^a disse que o Parecer é favorável.

Existe aqui, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça para dar Parecer favorável ao voto... (PAUSA)

Sr. Presidente, desisto da palavra, pela Ordem. V. Ex^a está coberto de razão.

O Sr. Wilson Santos - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente, como Relator da CPI e tendo em vista que ainda há colegas Deputados que precisam de mais esclarecimentos, eu solicito a retirada da matéria da Pauta desta Sessão e a sua inclusão na Pauta da convocação, conforme entendimento com o Deputado Luiz Soares, para que possamos continuar discutindo, esclarecendo qualquer dúvida ao Plenário e a qualquer colega Deputado.

O SR. PRESIDENTE - Eu quero informar que a Pauta de convocação é do Executivo, nós não podemos interferir nessa Pauta. E esse processo está em apreciação, o Parecer da Comissão é favorável, ele não tem mais como ser retirado. O máximo permitido aqui seria o pedido de vista da Comissão de Constituição e Justiça no prazo legal.

Portanto, eu insisto na apreciação do Parecer.

Continua em votação o Parecer. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA).

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos favoráveis ao Parecer que aprova a CPI.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, 12 votos contrários ao Relatório e 07 votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, derrubado o Parecer. Vai ao Arquivo.

Em discussão única, Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça ao Relatório Final da CPI da URUCUM.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Wilson Santos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente, eu já vi de tudo nesta Assembléia, mas um Deputado participar de uma CPI, aprovar o Relatório na CPI e depois vir ao plenário votar contra, como o Deputado Moisés Feltrin fez aqui... É mais um aprendizado que eu levo para a minha vida. Participar o tempo inteiro de uma CPI, votar a favor do Relatório e vir ao plenário articular pela derrubada de um Parecer que era dele, que ele ajudou a aprovar, que ele ajudou a construir, e votar contra tudo aquilo que ele fez durante mais de um ano! Eu não poderia deixar de registrar isso!

Às vezes nós questionamos o povo sobre alguns resultados que ele impõe ao político, mas nós acabamos entendendo por que as coisas acontecem.

Estamos agora, Sr. Presidente, apreciando o Relatório da URUCUM. Este Relatório apresenta um elenco de irregularidades no processo de venda da URUCUM Mineração S/A.

Sr. Presidente, essa Mina, localizada no Município de Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul, foi descoberta por volta de 1870.

Em 1876, a Baronesa de Vila Maria acabou recebendo o Alvará para exploração daquelas jazidas. Entretanto, a primeira tentativa de explorar a URUCUM se deu em 1906, por um grupo estrangeiro belga que tocou tudo até 1918.

Em 1940, ocorreu a segunda tentativa de exploração de URUCUM, pela Sociedade Brasileira de Mineração-SOBRAMIL, do Grupo Chama. Então, o Grupo Chama começa sua exploração, através de intercâmbio com os Estados Unidos, daí alguns chamarem o Grupo de testa-de-ferro do capital internacional.

Em 1943, o Governador de Mato Grosso Júlio Müller expediu os primeiros decretos de lavras. Com o término da guerra, os trabalhos paralisaram novamente.

Em 1953, o Grupo Chama recebe uma concessão por 50 anos - qu iria até 2002. Mas, em 1974, o Governador do Estado de Mato Grosso José Fragelli retoma as minas para o Governo de Mato Grosso.

Em 1976, é criada a METAMAT em Mato Grosso.

Com a divisão do Estado em 1978/1979, as Minas ficam em poder - os 100% divididos em três partes - de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e da Companhia Vale do Rio Doce, mas o Governo de Mato Grosso vai à Justiça requerer de volta a parte que ficou com Mato Grosso do Sul, abrindo, então, uma longa disputa judicial.

Em 1993, o Governo Jayme Campos solicita desta Casa autorização para negociação com o Governo de Mato Grosso do Sul. Acaba obtendo da Assembléia a devida autorização. Negocia com Mato Grosso do Sul, que retira a ação do Supremo Tribunal Federal. Em contrapartida, do que pertencia ao Mato Grosso, que eram 46,6%, 28% permanecem com Mato Grosso e 18,6% passam a pertencer a Mato Grosso do Sul. Esta Casa dá autorização para que o Governo Jayme Campos venda os 28% que restaram para Mato Grosso.

Até aí, Sr. Presidente, não há nenhuma irregularidade. Podemos até entender que o Governo Jayme Campos agiu com inteligência diante da iminência de perder todos os 46%. Ele garantiu 28%, abriu mão de 18%, em troca da retirada de uma ação que já tinha parecer favorável da Procuradoria-Geral da República.

A partir daí começa um processo de irregularidades que vai culminar com a venda dos 28%. A primeira irregularidade é que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se unem e vão juntos para a Bolsa de Valores vender as ações, sendo que as ações de Mato Grosso do Sul

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

não tinham a devida autorização legal para serem alienadas. O Congresso Nacional, Sr. Presidente, não deu autorização para Mato Grosso nem para Mato Grosso do Sul alienarem suas ações. E para esse processo, a Constituição Federal, no seu Artigo 37, exige a autorização do Congresso Nacional, e eles não a obtiveram. Também não possuíam, os dois Estados, autorização prévia da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Nenhuma das empresas que foram contratadas para avaliar URUCUM pôs os pés em Corumbá. O edital trouxe um erro gravíssimo que, com certeza, desestimulou o interesse de outros concorrentes. O Artigo 9º do Estatuto Social da Empresa foi descumprido e a CONVAP comprou irregularmente as ações. São essas irregularidades que podemos citar.

Diante disso, o Relator não tinha outro caminho, a não ser que tenha sido conivente com a rapinagem, conivente com a desonestidade - coisa que nunca fomos em nenhum dos nossos votos, porque a sociedade vai cobrar amanhã dos Deputados que votaram favoravelmente ao arquivamento desta CPI. A sociedade vai dizer: “V. Ex^{as} sabiam que houve desonestidade e votaram pelo arquivamento”. Não interessa justificativa, se é para proteger o Governador do Estado, ou os governadores ou o desconhecimento do relatório. Não há justificativa! O nosso Parecer não poderia ser diferente.

Então, nós apresentamos Parecer no sentido de que seja encaminhado aos Ministérios Públicos Estadual e Federal. E nós o faremos independentemente da aprovação pela Assembléia Legislativa.

A Deputada Zilda e eu vamos marcar com os Ministérios Públicos Federal e Estadual e vamos encaminhar pessoalmente - gostaria de comunicar à imprensa que presencia esta Sessão. Nós vamos convidar a Deputada Serys Slhessarenko, o Deputado José Lacerda, o Deputado Quinca dos Santos, que tiveram a coragem cívica de aprovar um Relatório honesto. Nós vamos encaminhar em nossos nomes, como cidadãos, como Parlamentares e como membros da CPI, e levar a todos os Ministérios, ao Dr. Roberto Cavalcanti, e, mais do que isso, iremos acompanhar os trabalhos para que ele não se sinta desmotivado, para que ele vá fundo e convoque todos os envolvidos, porque agora é uma questão pessoal, virou uma questão de honra. Nós levaremos até o final os resultados da CPI!

O Relatório foi aprovado pela CPI, por unanimidade, e nós vamos ao Dr. Antônio Hans, ao Dr. Roberto Cavalcanti, ao Tribunal de Justiça, onde quer que seja, porque, para mover ação, independe da aprovação da Assembléia. Uma coisa é ser aprovada pela Assembléia. Vai em nome da Assembléia? Não vai! Mas vai em nome de um conjunto de Deputados que vai representar a Assembléia nessa ação.

Nós vamos fundo, não vai ter nenhum prejuízo. A derrota aqui, nesta tarde, não vai sofrer nenhum prejuízo, Deputado Riva, porque nós, como cidadãos e como Parlamentares que somos, encaminharemos o Relatório com toda a documentação para que o Ministério Público vá fundo ver todos os envolvidos, e não tiraremos uma palavra sequer do Relatório aprovado pela CPI.

Senhores, estamos diante de mais um momento histórico. A Assembléia fez um trabalho extraordinário e eu quero que qualquer colega Deputado que discorda do Relatório apresente provas concretas - como eu disse aqui -, cite razões, por que não vai votar. Eu estou citando razões para votar, e não autorização do Congresso Nacional. Isso é um desrespeito à Constituição. Nenhuma das corretoras esteve em Corumbá para avaliar. O edital que está anexado aqui continha um erro gigantesco, e eu resumo dizendo: a URUCUM foi vendida, Deputado José Carlos Novelli, muitíssimo abaixo do valor que tinha.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Não sou contra vender a URUCUM. Se o Estado acha que há setores mais importantes - rodovias, hidrovias, educação, segurança, justiça, saúde -, pois bem, que venda, mas venda por um preço justo. E a CPI provou que a URUCUM foi vendida por um processo viciado, irregular, ilegal, imoral, por um preço bastante aquém do que a maior jazida de manganês do Brasil merecia. A URUCUM é a maior jazida de manganês do Brasil e de todas as Américas. A URUCUM é um gigante que foi vendido por apenas, para Mato Grosso, 8 milhões e 300 mil reais. Foi o preço que nós recebemos pela URUCUM, 8 milhões e 300 mil reais, por 28% do total de ações da URUCUM.

Não sou contra, Deputado Rene Barbour, a venda da URUCUM. Nunca fui contra. Eu fui contra o processo errado. Eu fui contra o valor. A URUCUM valia muito mais. É a maior jazida de manganês, que é um minério estratégico, é um minério cobiçado! Esse minério seria a ponte para Mato Grosso entrar no MERCOSUL!

Infelizmente, a URUCUM foi vendida, diferentemente de algumas jazidas da Vale do Rio Doce, Deputado José Lacerda. Por exemplo, para Curionópolis, do Pará, o preço final levou em consideração todo o maquinário que existia lá, mais a reserva a ser explorada. E a URUCUM não! Não se respeitou as reservas que levarão décadas para se exaurirem.

Então, eu não vou me estender mais, faço apenas um depoimento para que se registre nesta Casa, que esta Casa não seja conivente com uma operação que dilapidou, diminuiu o patrimônio do Estado de Mato Grosso. Vender, tudo bem, mas de maneira correta, transparente, honesta e por um preço justo.

É o que eu tinha para discutir, espero que todos os colegas Deputados que usarem a tribuna apresentem provas concretas da razão do seu voto contrário.

Eu disse: não tínhamos autorização do Congresso Nacional para vender URUCUM - Constituição Federal. As corretoras, nenhuma delas pôs os pés em URUCUM. Não tinha autorização da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência. O valor foi bastante inferior ao valor correspondente. O método utilizado para a avaliação foi o método chamado fluxo de caixa descontado - equivocado e errado. O edital trouxe um crasso erro. Não houve leilão na Bolsa de Valores - também não houve leilão. Nenhuma empresa ofereceu valor.

Vamos ficar aqui à disposição, para debater com qualquer colega Deputado em relação ao nosso Relatório. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Amador Tut - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa, galerias, imprensa, nobre colega Deputado Wilson Santos, com quem fizemos parte das duas CPIs e acompanhamos.

Eu quero falar primeiro sobre a CPI das LFTEs.

Eu só queria, Deputado Wilson Santos, muito longe de orientá-lo, muito menos criticá-lo, nem defendendo o Deputado Moisés Feltrin, porque eu acho que a maneira como foram conduzidas as palavras - principalmente numa fase dessa em que o Deputado Moisés Feltrin não conseguiu alcançar vitória para retornar a esta Casa - à pessoa dele foram até um pouco de machucar. Eu não estou defendendo o Deputado Moisés Feltrin, não estou ensinando V.Ex^a, mas este Relatório precisava ter sido levado pelo menos para os membros da Comissão, para que no dia de hoje nós chegássemos aqui e os membros da Comissão estivessem cientes do Relatório.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Infelizmente, deve ter sido de afogadilho, porque V. Ex^a estava numa campanha política ferrenha e esqueceu dos membros da CPI, inclusive a Presidente da CPI não assinou. A Presidente da CPI não assinou!

Isso já foi votado, já foi cancelado, mas ficaria...

(O SR. WILSON SANTOS FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. AMADOR TUT - Esse aqui já. Eu estou falando das LFTes. Foi votado. Foi quando o Deputado Moisés Feltrin foi bem agredido. Ele nem sabe disso aqui. Eu que estava insistindo e insistindo em participar! A Presidente da CPI não votou também. A não ser que esse processo aqui não seja o original.

Estão aqui as duas páginas sem a assinatura de nenhum dos membros, a não ser do Relator. Está aqui: Deputada Zilda, Presidente; Deputado André Bringsken, Vice-Presidente; Deputado Amador Tut, membro; Deputado Moisés Feltrin, membro; e Deputado Wilson Santos, Relator...

(O SR. DEPUTADO ROBERTO NUNES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. AMADOR TUT - Não! Aqui, agora, já está constando! Fica até desagradável um negócio desse! Agora, fica desagradável! Está aqui, Deputado! A não ser que esse processo não seja original.

A Sr^a Zilda - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. AMADOR TUT - Pois não, Deputada.

A Sr^a Zilda - Só para lembrar ao Deputado Amador Tut que o Relatório foi apreciado pela Comissão e nós temos toda a documentação, não só a lavratura em Ata, mas as fitas gravadas do processo de votação.

Eu quero lembrar ao nobre Deputado que nós tivemos duas ou três reuniões da Comissão para procedermos ao processo de votação do Relatório do Deputado Wilson Santos na Comissão. E esse processo de votação está devidamente registrado nos Anais da Casa, basta pegar as Atas. Nós temos todas elas lavradas, de todas as reuniões da Comissão, e ainda tomamos o cuidado de gravar todas as reuniões.

Portanto, não só as reuniões de trabalho foram lavradas em Ata e gravadas em fita cassete como também o processo de votação. Só para lembrá-lo.

O SR. AMADOR TUT - Obrigado, Sr^a Presidente da Comissão, e gostaria que isso fosse incluído na nossa fala, porque eu quero aqui agora consolidar. Nós estamos aqui agora com o Projeto “irmão gêmeo”, que está assinado. A Deputada Presidente assinou. Eu, como membro, assinei também. Está aqui o outro Projeto. Nós tivemos a felicidade de nos reunir algumas vezes, mas não nesse...

O Sr. Wilson Santos - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. AMADOR TUT - Inclusive esse aqui está assinado, Deputado. Qual será que está enganado? Eu assinei neste que participei e esse outro que não tem assinatura? Está aqui. Está assinado. Eu assinei aqui. Inclusive são dois Projetos...

O Sr. Wilson Santos - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. AMADOR TUT - Deputado Wilson Santos, eu queria apenas dar essa informação a V.Ex^a por causa da agressão sofrida pelo Deputado Moisés Feltrin. Agora, V. Ex^a me desculpe, mas não vou lhe conceder aparte. Se V. Ex^a pedir pela Ordem, eu atendo, mas eu não estou aqui partilhando, eu estou levando um fato, um acontecimento...

O Sr. Wilson Santos - Pela Ordem, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Santos, que dispõe de 5 minutos.

O SR. WILSON SANTOS - Apenas para restabelecer a ordem dos debates, quero consultar V. Ex^a sobre o tema que está em voga no debate. LFTes ou URUCUM?

O SR. PRESIDENTE - O que está sendo discutido é a CPI da URUCUM e o que está sendo apreciado é o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

V. Ex^a, Deputado Amador Tut, também assinou de uma forma e votou, nesta noite, de outra.

O SR. AMADOR TUT - Estou mostrando a V. Ex^a...

O SR. WILSON SANTOS - Está registrado nos Anais da CPI que V.Ex^a votou a favor da aprovação do Relatório das LFTes. E aqui, sabe-se lá por que pressão, não manteve a sua postura. E eu não agredi Deputado nenhum, o Deputado é quem agrediu a sociedade...

O SR. AMADOR TUT - Deputado Wilson Santos, o processo está sem minha assinatura...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço que mantenham a ordem.

O SR. WILSON SANTOS - V. Ex^a tem que manter sua coerência...

O SR. AMADOR TUT - Olha aqui o processo sem a assinatura...

O SR. WILSON SANTOS - Não está conseguindo nem votar no que escreve. Escreve e não garante...

O SR. AMADOR TUT - Aqui o processo...

O SR. WILSON SANTOS - Escreve e não garante!

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço que mantenham a ordem.

O SR. WILSON SANTOS - Fala sentado e não garante em pé!

O SR. AMADOR TUT - V. Ex^a está passando a desmoralizar...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço que respeitem o recinto e mantenham a ordem.

O SR. AMADOR TUT - Manter a ordem como, Sr. Presidente, se não está assinado o Projeto?

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Continua com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, agora vou falar sobre as Minas de URUCUM. Eu, como membro - um simples membro - só servia para dar *quorum*, mas fiz questão de acompanhar com respeito, cumprindo os deveres de um brasileiro, de um representante legislativo do povo. Fiz questão de ir lá, conhecer, sentir, participar, ouvir e eu quero dar a V. Ex^{as}, simplesmente, uma informação, porque desde o início eu estava dizendo que nós estávamos aqui gastando mais, diminuindo mais o custo da venda pelas nossas despesas, porque se ela tenha sido barata, com a despesa que nós gastamos diminuiu ainda mais um pouquinho.

Participei junto à Comissão, inclusive a Presidente dessa Comissão, Deputada Zilda, também estava. E um fator importante: quem foi representar o Mato Grosso do Sul era um Deputado do PT, que relatou e foi bem taxativo: "Eu não estou aqui devido à venda, eu estou aqui devido às condições dos operadores hoje". E votou dali para frente, bateu firme,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

defendeu a venda, provou que o Estado de Mato Grosso do Sul passou a ter Receita, passou a ter lucro. Foi tão vitorioso que conseguiu ser Governador do Estado! Conseguiu ser Governador do Estado! Tirou todas os caciques de lá, fazendo um trabalho, provando que estava certa a venda, mesmo Mato Grosso do Sul sendo dono de mais da metade, mais um pouquinho do que Mato Grosso ainda. Conseguiu! Do PT! É Governador do Estado, hoje, usando essa matéria, provando para a sociedade que o Estado de Mato Grosso do Sul perdeu a metade e ainda saiu ganhando, porque lá tem receita, lá ganha, tem ICMS, tem mão-de-obra empregada. Quando era do outro Estado só gastava, injetava dinheiro, era só pôr dinheiro, e num buraco tão fundo que ninguém enxergava - ninguém enxergava lá dentro!

Eu voto pelo arquivamento, em louvor ao Deputado do PT que ganhou o Governo de Mato Grosso do Sul com base nesse processo.

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - O Deputado do PT que venceu as eleições lá, derrotou o Governador que vendeu a URUCUM, Pedro Pedrossian. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Moisés Feltrin - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Moisés Feltrin, que dispõe de cinco minutos.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há muito a discutir. É uma matéria que nós conhecemos. Como membro da CPI, nós não acompanhamos da forma como o Deputado Amador Tut acompanhou. Nós sempre acompanhamos as decisões do Deputado Amador Tut pelo fato de ele ter tido condições de participar da maioria das reuniões desta CPI.

Nós lamentamos a agressão vinda do Deputado Wilson Santos, quando veio colocando a nossa posição como Parlamentar. Há 16 anos estamos nesta Casa, sempre tendo um comportamento, nem bom nem decente, mas eu acho que cumprindo a obrigação nossa de cidadão mato-grossense e brasileiro de estar defendendo a causa do povo neste Parlamento. Se houve esse impasse quanto à votação...

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Para restabelecer, eu gostaria que o nobre Deputado Moisés Feltrin se referisse ao trecho em eu citei o seu nome.

SR. MOISÉS FELTRIN - V. Ex^a disse, no início da sua fala, Sr. Deputado, que estava aí o exemplo do porquê da nossa derrota!

O SR. WILSON SANTOS - Não citei o nome de V. Ex^a!

O SR. MOISÉS FELTRIN - Mas V. Ex^a...

O SR. WILSON SANTOS - Não citei o nome de V. Ex^a!

O SR. MOISÉS FELTRIN - V. Ex^a citou o meu nome!...

O SR. WILSON SANTOS - Gostaria de recorrer ao Serviço Taquigráfico da Casa...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Então pode recorrer, porque V. Ex^a citou!

O SR. WILSON SANTOS - Em momento algum citei o nome de V. Ex^a...

O SR. MOISÉS FELTRIN - Mas está perdoado, Deputado, não precisa se preocupar com isso!

O SR. WILSON SANTOS - Não, eu não estou pedindo perdão, não! Não citei...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço que se mantenha a ordem.

Continua com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, eu queria informar aos nobres colegas que se houve, realmente, o impasse na votação, foi simplesmente porque eu fui em busca de arrumar um acordo para atender o pedido do Deputado Wilson Santos. Ele falou do problema que ele tinha quanto à necessidade da aprovação. Porque se não, no primeiro momento da votação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tinha sido derrotado aqui. Nós pedimos, insistimos com a Presidência da Mesa justamente para que suspendesse a Sessão, pedi vista do processo para que eu pudesse fazer um diálogo entre as Bancadas que votaram e o Deputado Wilson Santos.

Se eu errei, Deputado Wilson Santos, foi na defesa de V. Ex^a, para que não houvesse uma votação que viesse a prejudicá-lo quanto ao seu intento e a sua necessidade.

Então, eu pequei, sim! Eu pequei como Líder. E V. Ex^a sabe que o nosso voto é livre! Eu poderia ter assinado o Relatório e ter votado contra! Não tem nada a ver porque isso já tem acontecido aqui. Nesses 16 anos que estou aqui, isso acontece constantemente. E eu já votei Parecer, Deputado, para favorecer Projeto de V. Ex^a dessa forma, em que eu votei contra e depois, no plenário, votei a favor, a pedido de V. Ex^a.

Então, não venha dizer que esse seja o comportamento, ou seja a moral, ou o defeito do Parlamentar. Aqui nós temos uma disciplina: quando o Deputado é Líder e ele orienta a votação, a Bancada, às vezes contrariamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vota através do seu Líder.

Então, não aceito o que V. Ex^a falou contra a minha pessoa no início da sua fala, mas da minha parte não existe nenhum ressentimento. Eu acho que é o jogo da política, é a carga que se tem quando se assume um cargo público. E, dentro deste Parlamento, o Líder é responsável para encaminhar a sua Bancada.

Então, da minha parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu votaria com V. Ex^a, Deputado. V. Ex^a viu o meu desejo de convencer as Bancadas, as duas Bancadas de votar com V. Ex^a! Mas V. Ex^a fez questão de frisar que o Deputado Moisés Feltrin teria assinado o Relatório e votado contra. Estão aqui os relatórios sem a assinatura do Deputado Moisés Feltrin. Não tem a nossa assinatura! Mas eu não quero dizer com isso que seja menos verdade o que V. Ex^a está dizendo. Eu estou aqui colocando a posição do Líder, que muitas vezes é até contrária à sua vontade. Ele tem que encaminhar a votação da forma que é necessária...

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Eu vou fazer aqui uma afirmação. V. Ex^a votou favoravelmente ao Relatório quando da reunião da CPI. Foram quatro votos: o do Relator, Deputado Wilson Santos; da Deputada Zilda, Presidente; de V. Ex^a e do Deputado André Bringsken. Quando da aprovação na CPI V. Ex^a votou favoravelmente. E nós temos provas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

gravadas e taquigrafadas, como pode comprovar aqui a Deputada Zilda que presidiu as reuniões da Comissão. Se há um ou outro documento que não está assinado, rubricado, é porque são milhares de páginas. É provável que um ou outro não tenha sido assinado, rubricado, não tenha tido visto, mas V. Ex^a, a Deputada Zilda, o Deputado André Bringsken e eu votamos, quatro a zero. Só o Deputado Amador Tut, justiça seja feita, votou contra na CPI da URUCUM. Foram os votos da Deputada Zilda, do Deputado Wilson Santos, do Deputado Moisés Feltrin e do Deputado André Bringsken contra o voto do Deputado Amador Tut. Ao encaminhar contra, ele está sendo coerente. Mas V. Ex^a participou por mais de seis meses da Comissão, conhecia profundamente, indagou vários depoentes, inclusive o Sr. José Araújo, do BEMAT, que chorou em seu depoimento. V. Ex^a indagou a todos, participou durante mais de seis meses. Não é como um projeto de última hora que eu dou uma assinatura para colaborar com um colega, para que o projeto tramite rapidamente. É diferente! Assinatura para tramitar é um companheirismo entre nós. Agora, V. Ex^a tinha o conhecimento profundo do que estava votando.

Não há, Deputado Moisés Feltrin, nenhum ressentimento com relação a V. Ex^a, nenhuma dívida para se pedir perdão. Quando eu falei que eu acho que a sociedade é quem foi ofendida, é ela que deve perdoar o cidadão. Não tem nada... Se V. Ex^a vestiu a carapuça ou se não vestiu, eu não tenho rigorosamente nada com isso.

Eu sou duro na defesa daquilo que acredito. Eu lamento, apenas, não ter tido o seu voto para aprovar o Relatório. Mas isso em nada prejudica, porque nós vamos até o final. Vamos encaminhar toda essa documentação em nome da CPI, da qual V. Ex^a fez parte, inclusive brilhantemente, votando conosco. V. Ex^a votou na URUCUM, se não me falhe a memória, eu não tenho certeza, posso estar equivocado, mas na CPI das LFTES V. Ex^a participou durante mais de seis meses de todo o trabalho e votou. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra, o Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, por isso nós pedimos vista ao processo e gostaríamos que ele não fosse votado hoje. Pelo que estamos vendo, existem as dúvidas. Tem um Relatório assinado pelo Deputado Amador Tut e os dois não estão assinados pelo Deputado Moisés Feltrin, que é o documento final da CPI.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que não temos que nos delongar mais. Está sendo colocado para o Plenário decidir. Como bem disse o Deputado Wilson Santos, não depende do voto do Deputado Moisés Feltrin, foram 12 votos a favor e 4 votos contra. Portanto, não existe um impasse que venha a denegrir a nossa imagem. Muito obrigado.

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, eu quero neste momento fazer um relato. Justamente na data em que aprovamos esse Relatório o Deputado André Bringsken estava afastado...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Baseado no Regimento Interno, eu solicito a V. Ex^a que observe o Artigo 434, quando o Deputado solicita a palavra pela Ordem. Eu gostaria que fosse cumprido o Artigo 434.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência informa que ia exatamente pedir ao Consultor Técnico-Jurídico, porque criou-se aqui um costume... Eu cortei alguns pedidos pela Ordem na votação da LDO e criou-se um tumulto muito grande. Todos querem usar da palavra, pela Ordem, em todos os momentos da Sessão, e isso é irregular.

O Deputado Benedito Pinto aciona com muita propriedade o Artigo 433:

“Em qualquer fase da Sessão poderá o Deputado solicitar a palavra, pela Ordem, a fim de pedir ou oferecer informações ou esclarecimentos relativos a assunto ou matéria de interesse imediato do Plenário, do qual dependa ou possa depender, de alguma forma, a boa ordem dos trabalhos.

§ 1º A palavra, pela Ordem, para efeito de reclamação, deve ser exercida com a indicação precisa do dispositivo, cuja observância se requer: se o Deputado não indicar, enunciando desde logo as disposições em que assentam as reclamações, o Presidente não permitirá sua continuação na tribuna e determinará a exclusão da Ata e dos anais das palavras por ele proferidas. Aplicam-se as reclamações todas as normas referentes às Questões de Ordem.”

Passaremos a agir com mais rigor no pedido da palavra pela Ordem.

Continua com a palavra o Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - O Deputado André Bringsken estava fora da Assembléia. Inclusive, sentamos lá para votar isso. A primeira coisa que eu mandei procurar foi quantos Deputados existiam na Casa. Na hora em que eu mandei perguntar quantos Deputados existiam na Casa, estava até sobrando, tinha vinte e cinco. Aí, fizeram um trabalho tão grande que até a Deputada Serys entrou com um pedido de licença para deixar o Deputado André Bringsken participar. Tamanhas incompetências, tamanhas inverdades aconteceram aqui, e agora nós estamos aqui ouvindo que assinamos e não agüentamos em pé! O Deputado sabe disso...

Eu não tive ensino, V. Exª é mais capacitado que eu, mas talvez V. Exª não tenha sofrido os tantos anos que eu já sofri. Não dirija as palavras assim para um colega, ainda mais V. Exª, de quem nós estamos esperançosos na sua vida política. V. Exª vai a Brasília agora. Talvez esse seja um dos últimos dias de debate aqui nesta Casa com a sua presença.

Eu acho que eu não merecia, porque eu estava aqui apenas alertando V. Exª, senão V. Exª vai mandar fazer um Relatório, mandar levantar a CPI, e não tem a assinatura de nenhum... Aí fica mais feio ainda, porque quando nós começamos a interrogar o Sr. Narita, a primeira coisa que eu pensei foi: “Eu quero contratar esse cidadão para ser meu funcionário, porque o homem é bom, é capacitado”. E reconheci na hora que ele tinha condições de deixar todos nós no bolso, como deixou. E cada dia que nós mexermos mais, nós vamos ficar mais desmoralizados.

Portando, eu peço a V. Exª que não volte a levantar essa teia aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação. Os Deputados que aprovam o Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Wilson Santos - Para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Deputado Wilson Santos, eu sinto muito, mas eu já fiz o indicativo de votação e não vou mais conceder encaminhamento.

Está em votação...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

O Sr. Wilson Santos - Estou pedindo a palavra, para encaminhamento, Sr. Presidente, e pede-se a palavra no momento da votação...

O SR. PRESIDENTE - Os Deputados que aprovam o Parecer...

Deputado Wilson Santos, V. Ex^a deixou que o processo avançasse. Eu peço que respeite o Regimento Interno. Eu não gosto de agir dessa forma...

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, estou me dirigindo com base no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE - V. Ex^a poderia ter agido na hora em que estava em votação, quando eu anunciei, Deputado. Agora acabou o processo.

O Sr. Wilson Santos - Ainda está em votação, Sr. Presidente!

O Sr. Moisés Feltrin - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, eu gostaria apenas que V. Ex^a esclarecesse a situação do Parecer para que os Deputados sejam orientados quanto à votação, para que não aconteça o que aconteceu na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE - O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é contrário.

Os Deputados que aprovam o Parecer contrário ...

Eu quero dizer a todos que quando o Parecer é contrário, não tem o que orientar.

Os Deputados que aprovam o Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, permaneçam como se encontram (PAUSA).

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, 16 votos são favoráveis ao Parecer contrário e 05 votos são contrários.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, aprovado o Parecer contrário. Vai ao Arquivo.

Eu quero apenas informar ao Deputado Wilson Santos que, num processo de votação, quando o Presidente fala: “Em votação”, aquele que solicitar a palavra para encaminhar votação já tem que estar na tribuna. Quando se fala: “Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam...”, está terminado o processo de encaminhamento.

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado.

Eu sabia que mesmo com o encaminhamento pouco iria interferir na votação, porque as votações foram resultado de um pacto, de um acordo estabelecido entre a Bancada Governista e a Bancada do PFL, da União por Mato Grosso. Esse pacto garantiu a aprovação das contas do Governador Jayme Campos, a aprovação das contas do Governador Dante de Oliveira. Esse pacto continuou durante todo o dia de hoje. Esse pacto garantiu o arquivamento de duas importantes CPIs, e, na verdade, pouco vai impedir que nós continuemos a luta para que a Justiça coloque no banco dos réus todos aqueles que nós achamos que tiveram alguma coisa com a venda da URUCUM e com as LFTes.

Quero agradecer à Deputada Serys Slhessarenko, com quem ao longo desses oito anos tive uma parceria extraordinária, em mais de 95% das votações estivemos juntos -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

nas brigas pela posse de terra, nas brigas pelos sem-terras, nas brigas pelos sem-tetos, nas brigas com os governos autoritários.

V. Ex^a foi, Deputada Serys Shlessarenko, aqui neste plenário, a minha parceira principal, a pessoa com quem mais eu me identifiquei e, com certeza, em Brasília sentirei muitas saudades da atuação de V. Ex^a. Vou torcer para que V. Ex^a se mantenha sempre assim: coerente, corajosa, firme, ousada. Que Deus lhe dê força, saúde para continuar na defesa dos que precisam de V. Ex^a, na busca de um Brasil mais justo, de um Brasil mais honesto, de um Brasil mais decente. V. Ex^a nunca nos faltou nas votações mais importantes...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu pediria ao Deputado Wilson Santos, mais uma vez, agora baseado no Art. 439 do Regimento consolidado. Eu vou ler mais uma vez o artigo que trata do uso da palavra pela Ordem, até porque nós podemos ficar aqui dois dias usando da palavra pela Ordem...

“Art. 439 Em qualquer fase da Sessão poderá o Deputado solicitar a palavra pela Ordem, a fim de pedir ou oferecer informações ou esclarecimentos relativos a assunto ou matéria de interesse imediato do Plenário, do qual dependa ou possa depender, de alguma forma, a boa ordem dos trabalhos.”

Portanto, Deputado Wilson Santos, esse assunto é vencido. Nós temos inúmeras matérias para votar e eu pediria a compreensão de V. Ex^a.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas, para encerrar, quero agradecer também os Deputados José Lacerda e Chico Daltro e a Deputada Zilda, que acompanharam a nossa votação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão única, Projeto de Resolução nº 151/98, de autoria do Deputado José Lacerda, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Samuel Greve. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 156/98, de autoria do Deputado Novelli, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Carlos Avalone Júnior. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 155/98, de autoria do Deputado Novelli, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. José Rogério Salles. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 154/98, de autoria do Deputado Novelli, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. José Haroldo Ribeiro Filho. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 153/98, de autoria do Deputado Novelli, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Luiz Carlos Saraiva Becário. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 75/98, de autoria do Deputado Pedro Satélite, que modifica o inciso I do Art. 2º da Lei nº 6.993, de 20 de março de 1998. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 190/98, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa.

Remeto ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para emitir Parecer em Plenário (PAUSA).

Deputado Ricarte de Freitas, como a Mesa Diretora é a autora da matéria, eu peço a inversão da Pauta.

Vamos votar o Projeto de Lei Orçamentária que está em Redação Final.

Em Redação Final, Projeto de Lei nº 166/98, Mensagem nº 30/98, de autoria do Poder Executivo:

**Estima a Receita e fixa a Despesa do
Estado para o exercício financeiro de
1999, e dá outras providências.**

TÍTULO I
Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1999.

TÍTULO II
Do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social

CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita Total é estimada no valor de R\$2.089.024.514,00 (dois bilhões, oitenta e nove milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e quatorze reais).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Parágrafo único Incluem-se no total referido neste artigo os recursos próprios das Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, exceto aquelas que recebem somente recursos provenientes da participação acionária e pagamento de serviços prestados.

Art. 3º A Receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observando o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00	
RECEITA	TOTAL
1. Receita do Tesouro do Estado	
Receitas Correntes	1.562.081.611
Receita Tributária	882.436.000
Receitas de Contribuições	157.184
Receita Patrimonial	9.401.000
Transferências Correntes	617.927.234
Outras Receitas Correntes	52.160.193
Receitas de Capital	322.556.718
Operações de Crédito	52.344.994
Alienação de Bens	52.078.512
Amortização de Empréstimo	4.000.000
Transferências de Capital	214.133.212
TOTAL	1.884.638.329
2. Receita de Outras Fontes	
Receitas Correntes	152.742.859
Receitas de Contribuições	56.461.167
Receita Patrimonial	2.130.983
Receita Agropecuária	73.070
Receita Industrial	4.018.000
Receita de Serviços	47.298.192
Transferências Correntes	29.634.222
Outras Receitas Correntes	13.127.225
Receitas de Capital	51.643.326
Alienação de Bens	913.615
Amortização de Empréstimos	9.970.751
Transferências de Capital	40.758.960
TOTAL	204.386.185
TOTAL GERAL DA RECEITA	2.089.024.514

CAPÍTULO II
Da Fixação da Despesa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Seção I
Da Despesa Total

Art. 4º A Despesa Total, no mesmo valor da Receita Total, é fixada:

I - no Orçamento Fiscal, em R\$1.794.622.418,00 (um bilhão, setecentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, quatrocentos e dezoito reais);

II - no Orçamento da Seguridade Social, em R\$294.402.096,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e dois mil, noventa e seis reais).

Seção II
Da Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 5º A Despesa fixada à conta de recursos previstos neste título, observada a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresenta, por órgão, o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00			
PODERES E ÓRGÃOS	TOTAL	TESOURO	OUTRAS FONTES
1. Poder Legislativo	70.509.129	70.232.649	276.480
Assembléia Legislativa	46.136.320	45.859.840	276.480
Tribunal de Contas	24.372.809	24.372.809	0
2. Poder Judiciário	103.427.035	99.466.035	3.961.000
Tribunal de Justiça	103.427.035	99.466.035	3.961.000
3. Poder Executivo	1.915.088.350	1.714.939.645	200.148.705
Casa Civil	45.818.630	37.821.718	7.996.912
Casa Militar	1.277.950	1.277.950	0
Auditoria-Geral do Estado	595.702	595.702	0
Gabinete do Vice-Governador	222.220	222.220	0
Procuradoria-Geral da Justiça	26.194.647	26.194.647	0
Procuradoria-Geral do Estado	8.208.693	7.965.853	242.840
Defensoria Pública do Estado	776.262	776.262	0
Sec. Est. de Administração	62.014.701	3.420.881	58.593.820
Sec. Est. de Agric. e Assun. Fund.	97.770.448	72.704.456	25.065.992
Sec. Est. de Comunicação Social	6.008.114	6.008.114	0
Sec. Est. de Educação	327.522.296	323.243.759	4.278.537
Sec. Est. de Esporte e Lazer	2.299.011	1.764.735	534.276
Sec. Est. de Fazenda	99.680.219	99.680.219	0
Sec. Est. de Ind. Com. e Mineração	11.506.455	7.183.255	4.323.200
Sec. Est. de Infra-Estrutura	162.521.294	103.595.457	58.925.837
Sec. Est. de Segurança Pública	162.588.061	124.990.719	37.597.342
Sec. Est. de Plan. e Coord. Geral	33.941.386	31.673.937	2.267.449
Sec. Est. de Saúde	119.028.647	118.706.147	322.500

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Sec. Est. de Jus. e Def. da Cidadania	61.461.642	61.461.642	0
Sec. Est. de Cultura	1.130.958	1.130.958	0
Sec. Est. de Desen. do Turismo	790.386	790.386	0
Encargos Gerais do Estado	683.211.628	683.211.628	0
Reserva de Contingência	519.000	519.000	0
TOTAL	2.089.024.514	1.884.638.329	204.386.185

CAPÍTULO III

Da Autorização para Abertura de Créditos

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares à conta dos recursos discriminados nos incisos I e III do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra até 15% (quinze por cento);

II - abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação, parcial ou integral, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, e em conformidade com o disposto no Decreto-Lei Federal nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980.

Parágrafo único A autorização de que trata o inciso I deste artigo não onerará o limite nele previsto, nos seguintes casos:

I - quando destinado a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a pessoal e encargos sociais, dívida pública e débitos constantes de precatórios judiciais;

II - quando se tratar de remanejamento de recursos de um elemento para outro, desde que dentro do mesmo órgão, no mesmo grupo de despesa e na mesma categoria de programação, de acordo com o Artigo 34, § 1º, da Lei nº 7.039, de 18 de setembro de 1998;

III - quando se tratar de abertura de créditos adicionais à conta de excesso efetivo de arrecadação, inclusive nos casos de convênios.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, durante o exercício, as operações de que trata o Artigo 165, inciso VI, da Constituição Estadual.

TÍTULO III

Do Orçamento de Investimento

CAPÍTULO I

Da Fixação da Despesa

Art. 8º A Despesa do Orçamento de Investimento das Empresas é fixada em R\$44.917.023,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e dezessete mil e vinte e três reais), com o seguinte desdobramento:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 18:00 HORAS.

Em R\$1,00				
ÓRGÃOS	TOTAL	RECURSOS CONSTANTES DO ORÇAMENTO FISCAL		RECURSOS QUE NÃO CONSTAM NO ORÇAMENTO FISCAL
		TESOURO	O. FONTES	
Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.....	13.825.174	2.375.781	11.449.393	
Companhia Mato-grossense de Mineração...				~
Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso.....	250.200	120.000	130.200	~
Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso.....	27.423.513	319.075	~	27.104.438
	3.418.136	~	~	3.418.136
TOTAL.....	44.917.023	2.814.856	11.579.593	30.522.574

CAPÍTULO II

Da Autorização para Abertura de Créditos

Art. 9º É o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares à conta de quaisquer recursos, bem como realizar transposições, remanejamento ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da despesa fixada no Art. 8º;

II - abrir créditos suplementares destinados a adequar o Orçamento de Investimentos das Empresas às alterações decorrentes da abertura de créditos suplementares no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, os quais não se incluem no limite fixado no inciso I deste artigo.

TÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as operações a que se refere o Artigo 7º, § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 11 Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária, observada a legislação pertinente.

Art. 12 O Poder Executivo poderá proceder, a partir do mês de agosto de 1999, à atualização dos valores de Receitas e Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com Juros e Encargos da Dívida, até o limite da variação acumulada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - INPC/IBGE, ou de outro índice que o substitua, ocorrida no período de julho de 1998 a julho de 1999.

Parágrafo único Os recursos decorrentes da diferença entre o montante adicional das Receitas e o montante adicional das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com Juros e Encargos da Dívida, gerados pela atualização referida neste artigo, poderão acorrer à Despesa com abertura de créditos suplementares destinados a cobrir insuficiência nas dotações relativas a Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 13 A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral divulgará, no prazo de 30 dias, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, especificando para cada categoria de programação, a fonte, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento da despesa.

Art. 14 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1999.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.”

Em discussão a Redação Final. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram...

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, Questão de Ordem, por favor. Eu quero encaminhar porque eu tenho dúvida com relação a isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Pela segunda vez, eu gostaria que V. Ex^a garantisse a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE - Pela segunda vez, eu gostaria de dizer que V. Ex^a só pede na hora errada...

O Sr. Wilson Santos - Eu só peço na hora certa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Eu já havia anunciado a votação, Deputado Wilson Santos.

O Sr. Wilson Santos - Essa é a matéria mais importante do ano a ser votada aqui!

O SR. PRESIDENTE - Deputado, eu já havia anunciado a votação!

O Sr. Wilson Santos - Eu quero tirar uma dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - V. Ex^a pode tirar a dúvida na hora certa, teve muito tempo para tirar a dúvida.

O Sr. Wilson Santos - V. Ex^a está sendo...

O SR. PRESIDENTE - Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente, com os votos contrários do Deputado Wilson Santos e da Deputada Serys Silhessarenko.

O Sr. Luiz Soares - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Luiz Soares.

O SR. LUIZ SOARES - Exatamente nos termos regimentais, para dar uma informação de interesse geral do Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Para informar, Sr. Presidente, a V. Ex^a e a todos os Srs. Deputados a decisão tomada pelo Governador Dante Martins de Oliveira, e nos termos que lhe assegura a Constituição do Estado, de fazer a convocação extraordinária da Assembléia Legislativa.

Informo também que este Ofício será entregue a V. Ex^a amanhã, por mim mesmo, no período considerado extraordinário. A convocação extraordinária desta Casa Legislativa será do dia 17 de dezembro a 17 de janeiro. É evidente que, como determina a própria Constituição e o nosso Regimento Interno, será instruído com o rol das matérias objeto da convocação extraordinária, para que a Assembléia Legislativa possa estudar, debater e finalmente deliberar sobre essas matérias de real interesse da população do Estado de Mato Grosso.

Então, era essa a informação a V. Ex^a e a todos os membros deste Poder.

O SR. PRESIDENTE - Com a colocação do Deputado Luiz Soares, eu convoco uma reunião com o Colégio de Líderes amanhã, às 09:00 horas, na Sala da Presidência, para discutir a Pauta.

O SR. LUIZ SOARES - Desculpe, Sr. Presidente, mas a Pauta virá no Ofício.

O SR. PRESIDENTE - Melhor dizendo, para discutir o calendário da convocação. No nosso entendimento, nós poderíamos nos reunir na terça-feira e na quarta-feira da semana que vem, e entre o Natal e o Ano-Novo também na terça-feira e quarta-feira, que seria o suficiente, num esforço concentrado. Mas eu preferia que agendássemos isso amanhã, às 09:00 horas, na Sala da Presidência, numa reunião do Colégio de Líderes e de todos os Deputados que quiserem participar, independentemente de serem Líderes.

O Sr. José Lacerda - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado José Lacerda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

O SR. JOSÉ LACERDA - Sr. Presidente, pelo comunicado do Líder do Governo de que vai haver a convocação, consulto V. Ex^a se é possível - como a convocação é feita pelo Executivo - a inserção de algumas matérias que ainda estão tramitando nesta Casa, de autoria dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Eu respondo, de plano, que não é possível, até porque nós já tivemos um problema dessa natureza no ano passado e também a Emenda Constitucional n^o 19 proíbe taxativamente.

Em 1^a discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei n^o 190/98, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa.

Solicito ao Deputado Ricarte de Freitas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que reúna a mesma em plenário para emitir Parecer ao referido Projeto de Lei.

O SR. RICARTE DE FREITAS - Reunida em plenário a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, para apreciação do Projeto de Lei que dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa. Convoco...

O Sr. Luiz Soares - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Informo que neste momento eu não posso deferir a palavra, pela Ordem, porque a Comissão está reunida. Se tem alguém que pode tomar decisão agora, é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RICARTE DE FREITAS - Convoco o nobre Deputado Humberto Bosaipo para exarar Parecer em plenário.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO (RELATOR) - Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, como membro efetivo desta Comissão e atendendo o apelo do nobre Deputado Emanuel Pinheiro, eu solicito a V. Ex^a, nos termos legais, a suspensão da Sessão por cinco minutos, para que nós possamos ouvir o Sindicato dos Jornalistas.

Sr. Presidente, nós solicitamos a suspensão da Sessão por cinco minutos, com deferimento do nobre Deputado Ricarte de Freitas, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE - Diante da solicitação, está suspensa a Sessão por cinco minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 19:25 HORAS E REABERTA ÀS 19:37 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a presente Sessão.

Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO (RELATOR) - Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça pediu ao Deputado Ricarte de Freitas, por interferência do nobre Deputado Emanuel Pinheiro, a paralisação dos trabalhos por cinco minutos para apreciar emenda de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que suprime no Art. 4^o do Projeto de Lei n^o 190/98, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o item III, renumerando-se os seguintes.

A supressão do item III do Art. 4^o simplesmente é para não extinguir a Secretaria de Imprensa. Essa foi a finalidade da emenda do nobre Parlamentar. Aproveito para apresentar a justificativa que, em deferência a V. Ex^a, passo a ler:

“O processo de fortalecimento da democracia passa, necessariamente, por uma maior aproximação do Legislativo com a sociedade. É essa aproximação que torna mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

autêntico o poder representativo dos Parlamentares e conduz as linhas de atuação desse Poder para uma sintonia cada vez mais próxima dos interesses da população.

Para que essa maior proximidade aconteça, é necessário que as atividades do Legislativo despertem o interesse da sociedade, o que somente ocorre a partir do momento em que ela começa a ver no Legislativo um aliado capaz de determinar as transformações que afetarão, de forma direta, um Poder capaz de ouvi-la permanentemente, e que está em sintonia com ela.

Aprovando este Projeto da forma como ele foi concebido, iremos cometer um erro singular, fatal e paradoxal: vamos reorganizar a estrutura da Assembléia, tirando dela o último instrumento capaz de conduzir e administrar esse processo de aproximação do Legislativo com o povo mato-grossense.

Também estaremos cometendo um acinte à nossa própria inteligência, ao nosso mínimo poder de percepção, se aprovarmos a idéia de que uma mera Assessoria de Imprensa, subordinada à Secretaria Executiva da Presidência da Mesa Diretora - setor também subalterno -, terá o mesmo dinamismo de uma Secretaria de Imprensa, sem vícios e bem estruturada em termos de equipamento de material humano com qualidade.

A chave do bom desempenho desse setor está exatamente aí. Além disso, com enxugamento ou não, a Assembléia Legislativa tem uma verba específica para cuidar dele.

Aprovando este Projeto sem uma estrutura mínima racional de informação, estaremos cometendo um erro triplamente mortal para o processo de democratização da nossa política:

- primeiro, como Parlamentar, ao ignorarmos que o poder da comunicação tem dupla face: a que beneficia a sociedade com a transparência dos nossos atos e o do nosso Parlamento, como instituição, e a que nos dá, como retorno pelo nosso trabalho, o suporte popular para continuarmos trabalhando pela edificação de um Mato Grosso cada vez mais justo e menos pobre;

- segundo, como cidadão, ao nos afastarmos do princípio mais elementar de integração social, através da informação;

- terceiro, como pessoas inteligentes acima de tudo, ao iniciarmos uma caminhada na contramão de um processo desencadeado em nível nacional, de aprimoramento da Comunicação Legislativa, como matéria primordial para o processo de fortalecimento da nossa democracia.

Em linhas gerais, por tópicos, o quadro nacional atual sobre o assunto nos mostra que:

- 1 - o Senado Federal se articula para, a partir de fevereiro de 1999, dar suporte, por etapas, a todos os Parlamentares estaduais e municipais do País, para integrá-los através do Projeto INTERLEGIS - uma rede de comunicação virtual apoiada na *internet* -que beneficiará a todos os parlamentares brasileiros através da comunicação ilimitada entre eles (processo interno de informação);

- 2 - o INTERLEGIS faz parte de uma cadeia de mecanismos que pretendem aprimorar a Comunicação Legislativa e aproximar o relacionamento do Parlamento com a sociedade (processo externo de informação);

- 3 - de tão importantes o projeto e seus propósitos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou em outubro deste ano, em Washington (EUA), proposta de financiamento para ele, via convênios com os Paramentos;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

4 - em todo o País, os Poderes Legislativos estão se mobilizando em torno do aprimoramento de seus setores de comunicação, para fazerem parte de um processo de integração...”

O Deputado tece, ainda, algumas considerações em relação à Assembléia Legislativa do Ceará, onde o Senador Luiz Pontes falou sobre o assunto na edição de uma revista publicada por aquele Parlamento, dizendo que a Assembléia Legislativa do Ceará teve avanços significativos, principalmente na sua relação com o conjunto da sociedade, respondendo aos anseios da coletividade.

Por fim, o ilustre Deputado defende o fortalecimento da instituição Imprensa nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente da Comissão, Deputado Ricarte de Freitas, relato favoravelmente ao Projeto, incluindo a emenda do Deputado Emanuel Pinheiro. Portanto, mantendo a Secretaria de Imprensa.

O SR. RICARTE DE FREITAS - Tendo em vista o voto favorável do Relator, passamos à coleta de votos dos demais membros da Comissão: Deputado Nico Baracat (AUSENTE); Deputado Roberto Nunes (AUSENTE); Deputado Moisés Feltrin (COM O RELATOR); Deputado Novelli (COM O RELATOR); Deputado Benedito Pinto... (O SR. BENEDITO PINTO FALA DA SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. RICARTE DE FREITAS - Exatamente. Está sendo votado o Projeto na íntegra, pela sua constitucionalidade, favoravelmente, acatando a emenda do Deputado Emanuel Pinheiro.

Bem lembrado, Deputado Benedito Pinto - até pelo cansaço da votação de hoje - estão sendo acatadas, também, as demais emendas que tratam de outros assuntos que constam no Projeto.

Deputado Benedito Pinto (COM O RELATOR); Deputado Luiz Soares (COM O RELATOR). Esta Presidência também vota com o Relator.

Portanto, Sr. Presidente, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Parecer...

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa:

Nós estamos tratando hoje da sobrevivência da Imprensa. Sr. Presidente, nós estamos num país democrático. Nós estamos numa democracia onde temos, de fato, quatro Poderes: o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e a Imprensa.

Então, se esta Casa de Leis viesse pelo segundo caminho e votasse apenas nos três poderes, talvez ficaria um pouco retrógrada a nossa mensagem.

Portanto, nesse momento, eu parablenho o Deputado Emanuel Pinheiro, porque no dia em que essa emenda entrou aqui, eu o chamei, frisei esse pedaço e falei: Deputado Emanuel, V. Ex^a, que está falando que quer ser Presidente - porque eu não estou pleiteando por enquanto -, tem que defender os quatro poderes para manter a democracia. Não seremos nós, através do Legislativo, que enforcaremos aquilo que precisamos, Sr. Presidente. Porque a única ferramenta desta Casa é a informação, é o que se fala, é o que sai daqui. O Executivo executa obra, o Judiciário manda a polícia prender e nós só falamos. Se não for escrito, não sair publicado, seremos mortos e vivos, sepultados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Portando, eu quero, nesse momento, agradecer a esta Casa de Leis por cuidar de um Projeto importante para a sua vida, não esquecendo o seu paralelo que é a consolidação da imprensa, porque deixando de ser Secretaria e passando a ser apenas Assessoria, transforma-se o seu dever em ouvir e não poder falar. E a Secretaria tem o seu poder!

Portanto, parabéns ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentaria, Deputado Ricarte de Freitas, por ter ajudado e acatado.

Parabéns, Deputado Emanuel Pinheiro, vá em frente que a imprensa irá divulgar que V. Ex^a está pleiteando ser Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Benedito Pinto - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos votando o Projeto de Lei que dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. É um Projeto de Lei, porque a Emenda nº 19 obriga os Poderes a submeter à sanção do Governo qualquer mudança da estrutura do Poder.

A Mesa Diretora, olhando para a nova realidade do ano de 1999, diante da diminuição do Orçamento Geral do Estado e, conseqüentemente, da redução do Orçamento da Assembléia Legislativa, propõe uma nova estrutura para o Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso. Eu que tive oportunidade de participar, colaborando com a Mesa, como Vice-Presidente, tentando fazer uma nova estrutura para esta Casa, buscando nos adequar à realidade do duodécimo de 1999, propusemos algumas mudanças.

Na proposta original da Mesa Diretora, não do Deputado Benedito Pinto - diga-se de passagem -, havia inicialmente, mais ou menos, uma previsão de enxugamento, transformando a Secretaria de Imprensa num órgão de assessoramento.

No entanto, nesta hora acabamos de aprovar uma emenda proposta pelo Sindicato dos Jornalistas, que está desempenhando seu papel, defendendo a sua classe. E a Comissão de Constituição e Justiça fecha os olhos ao Regimento e acata uma emenda de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que não é membro da Comissão e que não poderia apresentar emenda, mas a Comissão a acatou e eu, como membro, também acatei, pois entendemos que, na verdade, nós temos que fortalecer o setor de imprensa.

Inicialmente, pensava-se em fortalecê-la, vinculando-a ao Secretário-Geral da Presidência que, sem dúvida, é um homem forte no processo, que tem autonomia e que iria, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, promover um trabalho tranqüilo na divulgação daquilo que ocorre aqui na Assembléia.

Nesse ínterim, nós fomos até mal interpretados por alguns amigos que acham que tudo o que fazemos é para prejudicar. Muito pelo contrário! Nós estamos olhando e quando pensamos em adequar para, muitas vezes com alguns cortes, melhorar, não somos bem entendidos. Mas a intenção da Mesa Diretora - e aí o Deputado Benedito Pinto entra apenas como membro da Mesa - era dar à Secretaria-Geral da Presidência, com a Assessoria de Imprensa, condições para que ela desse todo o apoio que os 24 Srs. Deputados precisam na divulgação dos seus trabalhos e do trabalho da Casa, que é importante.

Ninguém pensou em voltar atrás com a extinção da Secretaria de Imprensa, Deputado Emanuel Pinheiro. Muito pelo contrário, nós criamos o Secretário-Geral Executivo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

da Presidência, que seria a pessoa que iria fazer um trabalho em conjunto com a Assessoria de Imprensa. Mas, em boa hora, em tempo, foi novamente colocado no corpo do Projeto de Lei a Secretaria de Imprensa.

Eu parabenizo os profissionais que sempre estão lutando em prol disso.

O meu voto é favorável, mas voto favorável pensando em executar o Orçamento que nós temos para 1999, para aplicar na área da divulgação.

Nós temos um Orçamento - aqui está o Quadro de Detalhamento - e eu gostaria que depois o pessoal da imprensa e o novo Secretário, que eu não sei quem vai ser, se sentassem e discutissem com a Mesa para aplicar os recursos que estão no Orçamento que foi aprovado há dois minutos, três minutos atrás, para dar condições de funcionabilidade à Secretaria de Imprensa, para que esta tenha condições de ter, pelo menos, acesso à *internet* e que venha a ter condições de acesso aos órgãos de imprensa, pelo menos levar uma correspondência. Esta seria a intenção da equipe que elaborou este novo Projeto.

E, agora, votando favoravelmente à inclusão novamente da Secretaria, eu passo a ser um cobrador, como membro deste Poder, que os recursos aqui aprovados para o Setor de Imprensa venham a ser aplicados para melhor divulgação, para melhor estrutura e que este Poder possa dar condições de funcionabilidade à Secretaria de Imprensa. A nossa intenção era jogar a Secretaria como Assessoria da Secretaria-Geral da Presidência, para que ela pudesse cobrar do Presidente a execução orçamentária da Imprensa, e isto eu creio que vai ser possível com a Secretaria.

Então, só para desfazer o que alguém interpretava, que este Projeto era de autoria do Deputado Benedito Pinto. O Deputado Benedito Pinto é um membro da Mesa, e devido à obrigação que nós temos com a realidade, em termos financeiros, da Assembléia, para fazer a adequação, nós o fizemos com todo o cuidado para não prejudicar nenhum setor. E a intenção inicial de transformar em Assessoria da Secretaria-Geral da Presidência foi no intuito de fortalecer o Setor de Imprensa da Casa.

Nós queremos que a Secretaria tenha condições de funcionabilidade. Na verdade, eu acredito que, da forma em que se encontra, nós atingiremos, Deputado Emanuel Pinheiro, o nosso objetivo, que é ver o Setor de Imprensa funcionando.

Eu estou aqui nesta Casa há oito anos e tenho mais oito que ocupei o Parlamento Municipal da minha cidade. Se Deus quiser, terei condições de, ao final dos próximos quatro anos, porque Mato Grosso mais uma vez nos colocou em condições para permanecer mais quatro anos... Eu quero que Deus me dê saúde para quando completar vinte anos de mandatos consecutivos eu tenha, aqui na Casa, a Secretaria de Imprensa com acesso ao que nós precisamos, às demais Assembléias Legislativas dos Estados brasileiros e ao Congresso Nacional. Votaram-se inúmeras reformas na Constituição e nós não tivemos acesso às informações, porque o nosso Setor de Imprensa parece que tem duas máquinas de datilografia e um computador daqueles antigos, modelo 286.

Então, eu creio que agora nós teremos condições, porque foi previsto um orçamento para a imprensa, vão prestigiar os pequenos jornais do interior, vão prestigiar as emissoras de rádio, vão prestigiar esse pessoal que está aqui acompanhando todas as Sessões, acompanhando todas as reuniões e levando aos municípios mais distantes as informações desta Casa.

Eu creio que dessa forma, Srs. Deputados, nós estamos contribuindo. Estou dizendo isso com tranquilidade, porque eu estava, no exercício da função de Vice-Presidente,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

trabalhando em cima de uma reforma; e a Mesa Diretora, pensando no fortalecimento, tentava encontrar uma forma... E agora, para reparar tudo isso, fica, permanece a Secretaria, o recurso já está alocado no Orçamento e eu vou estar ao lado da Imprensa, ao lado do novo Secretário para exigir que a Secretaria tenha condições de atender aos 24 Srs. Deputados e atender toda a população mato-grossense, passando para o interior, passando para os municípios mais distantes as informações aqui da Casa, porque, hoje, infelizmente nós não temos como fazer isso.

Portanto, Sr. Presidente, pensamos no geral. E a Assembléia, através da Presidência, da Mesa Diretora, agiu de acordo com o Executivo, com o Judiciário, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, porque cada um deu a sua parcela de enxugamento no Orçamento. E, através de um trabalho brilhante do Deputado Paulo Moura, nós chegamos ao patamar mínimo, de acordo com a Emenda Constitucional nº 15, proposta pelo Senador Espiridião Amin. Sem dúvida, a Assembléia Legislativa está dentro do patamar mínimo, e não, como muitas pessoas divulgam, com gastos e gastos. Nós estamos dentro do mínimo do que prevê a Emenda Constitucional nº 15, que é de 3%. A Assembléia Legislativa chega, hoje, em relação à arrecadação líquida do Estado, no máximo a 3,5%. Então, nós estamos tranqüilos.

Eu, que tive a oportunidade de estar há mais de um mês trabalhando nesse Projeto, dando essa participação para a Assembléia Legislativa, saio tranqüilo, porque poderemos, a partir do ano que vem, ter as informações desta Casa chegando aos mais distantes municípios do Estado de Mato Grosso. Eu irei cobrar, sem dúvida, da nova Mesa Diretora a aplicação dos recursos que foram aprovados por esta Casa para a Imprensa, para o trabalho da Imprensa, para que tenhamos condições de ter aqui fortalecido esse trabalho de divulgação dos anseios da população, que saem deste Plenário.

Eu deixei para falar por último, já ouvi durante o dia todo “n” Deputados usarem esta tribuna, muitas vezes até extrapolando um pouco o seu sentimento.

Eu estou aqui já na terceira Sessão deste dia, fazendo o meu pronunciamento para dizer que, inicialmente, fui interpretado erroneamente por pequena parte do Setor da Imprensa, quando divulgaram algumas notas dizendo que o Deputado Benedito Pinto estaria contra a imprensa de Mato Grosso. Muito pelo contrário, eu sou a favor de seu fortalecimento. A intenção de colocá-la como Assessoria da Secretaria-Geral da Presidência era fortalecer! E agora, voltando a ser Secretaria, muito mais tranqüilo eu fico, porque a razão maior da minha cobrança, como Deputado, era que a imprensa tivesse condições de fazer chegar, pelo menos, até a minha cidade de Várzea Grande as informações desta Casa. E agora, através da Secretaria, se Deus quiser, ela terá condições, porque já aprovamos o Orçamento adequado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Wilson Santos - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente, passados oito anos nesta Casa, eu não consegui compreender por que, em todas as Mesas, os Deputados não constróem uma política de relacionamento com a mídia, dando aos profissionais dessa área autonomia, liberdade para dirigir uma política pública de interesse da Assembléia Legislativa. Faço este testemunho a V. Ex^a, de corpo presente. Todos os que dirigiram esta Casa, com exceção talvez - porque ele

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

navega acima da média - do ex-Presidente Roberto França, exceto esta direção, todas as Mesas pecaram no relacionamento. Umas, pelos poucos recursos para a área; outras, por receio de as idéias desses profissionais terem brilho e, quem sabe, alçarem alguns a planos não permitidos em algumas avaliações.

Para mim, a Assembléia ter Secretaria de Imprensa ou não, não é o que interessa. O importante... Eu já vi aqui ter Secretaria e não existir política de informação nesta Casa! Existem Assembléias que não têm Secretarias e têm uma política de informação extraordinária, conseguindo consertar, junto à opinião pública, conceitos diferentes dos verdadeiros, conseguindo consolidar, junto à opinião pública, o verdadeiro valor de um Parlamento.

Fui procurado por vários profissionais, como o Fernando, de quem eu uso o nome para citar todos que me procuraram. Eles estão, Sr. Presidente, interagindo com outros Parlamentos, em especial com o Congresso Nacional, participando de seminários, congressos, reciclando-se. Eu peço aqui não só a criação da Secretaria, porque eu sou a favor, mas eu sou a favor que se crie ou que se mantenha, e que sejam dadas condições de funcionamento. Sempre briguei aqui com vários secretários, como o Secretário Paulo Leite, para que eles tivessem liberdade e condições de fazer um programa. Aquele programa que o ex-Secretário Paulo Leite “bolou” foi uma espécie de “Você Decide”. E quando nós Deputados não sabíamos onde colocar um projeto, ficávamos a semana inteira, íamos para as ruas e a sociedade parabenizava, criticava, sugeria, víamos que a sociedade estava sabendo da atuação.

A SECOM existe e vende a imagem positiva do Governo. Nós temos que entender que não conseguimos mais falar com todos os moradores de Juara, com todos os moradores de Cuiabá. Mato Grosso cresceu! Nós só chegaremos até os cidadãos através da mídia. E se nós não tivermos uma organização estruturada, motivada, estimulada, com os excelentes profissionais que a Casa possui... Quem é o Deputado Humberto Bosaipo? É um ex-membro do Departamento de Jornalismo desta Casa! Qualquer um que aí está poderá ser amanhã Presidente desta Casa. O Prefeito Roberto França foi membro dos quadros de rádio e jornalismo de Mato Grosso! O Sr. Lino Rossi também! São todos oriundos desse segmento. Uns mais preparados, outros menos preparados, mas dando suas contribuições nos ambientes por onde passam.

Então, eu quero deixar claro que não adianta manter a Secretaria se não tiver estrutura. E eu falo isso, Sr. Presidente, porque tem dia aqui que não tem uma máquina fotográfica para acompanhar um Parlamentar. E não é mentira minha!

Então, eu penso que neste momento em que se procura reorganizar um serviços, talvez, depois do Plenário, o mais importante desta Casa - depois do Plenário das Deliberações, o mais importante serviço aqui é o serviço de informação. “Quem não se comunica, se estrumbica”, já dizia o velho guerreiro, saudoso Chacrinha.

Dê, Sr. Presidente, se V. Ex^a for reeleito, ou quem for eleito - Deputado Chico Daltro, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Rene Barbour, falo o nome dos quatro que são os que hoje se apresentam em condições mais vantajosas para presidir esta Casa nos próximos anos - prioridade a esse setor da Casa, que nós vamos ver que em pouco tempo a imagem do Parlamento vai estar muito melhor.

Gostaria de deixar essa contribuição. Não vou estar aqui, mas em Brasília queremos nos relacionar com o setor informativo da Casa, deixando o nosso gabinete à disposição para recebê-los, para trocar informações, para interagir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Que cada gabinete, Sr. Presidente, tenha a informatização devida. Que cada Deputado tenha o seu *e-mail*, tenha o seu endereço na *internet*, para que a sociedade possa ter comunicação permanente com ele. Que se encha esse saguão com cinco ou seis terminais de computação para que o povo possa saber em trinta segundos, em um minuto, todos os projetos que tramitam aqui, em que situação se encontram, qual é a Pauta da Sessão. Tem tanta coisa bela para se fazer...

O Parlamento é o mais democrático dos poderes. O Parlamento é onde tem a divergência. Aqui, nós temos Governo e Oposição. Aqui nós temos mais de dez partidos. No Executivo só tem um partido! Só um venceu! Lá não tem Secretário do PFL. Lá não vai ter Secretário do PMDB. Lá não vai ter Secretário do PT. Lá não vai ter Secretário do PC do B. Lá é o único, hegemônico, lá está o partido que venceu, não tem espaço para quem perdeu. Aqui, não! Aqui tem o PT, que vai ter dois Deputados. Aqui, o PPS está chegando pela primeira vez; o PSDB elegeu seis; o PMDB elegeu quatro; o PL elegeu dois; o PTB elegeu dois. Aqui, há debate! Aqui, há divergência! E só passa o que é vontade da maioria, mesmo que seja questionado, mesmo que não seja a sua, a minha opinião, mas tem que ser respeitada a vontade da maioria. Tem que ser imposição: hoje, aqui, eu venci ou eu perdi! Nas minhas propostas, eu perdi ou venci neste dia, mas eu me curvo a todas as decisões, porque senão eu não mereceria fazer parte do Parlamento.

Aqui é um colegiado onde manda a maioria e não a minoria, e essa maioria tem que estar sintonizada com a ruas. As ruas querem melhorias! As ruas querem qualidade! As ruas querem seriedade, e nada melhor do que uma mídia preparada, qualificada, como a que temos aqui. Eu não sei quem é o autor da proposta, mas é de bom alvitre que se mantenha a Secretaria de Imprensa, porque ela é, sem dúvida, o nosso transmissor, o nosso contato, a nossa linha direta com a rua, com a sociedade.

Parabéns, Deputado Emanuel Pinheiro, essa proposta mereceu tamanho tempo de debate, não porque há divergência, mas porque ela vai ser aprovada por unanimidade. Só há convergência! Mas é porque durante esse processo houve alguns mal entendidos. Nenhum Deputado, aqui, jamais foi a favor disso.

Eu, em que pese a necessidade da Casa em reformar, peço a Deus que essa seja a última reforma a que eu assisto na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, que ela seja definitiva, que ela seja permanente, porque o importante não é atender o Presidente, ou os Parlamentares, mas a sociedade.

Parabéns ao Deputado Emanuel Pinheiro e aos profissionais que trabalham nas condições mais adversas, mas que mesmo assim conseguem divulgar este Parlamento. E que, na próxima gestão, muito melhorados, mais aparelhados, com certeza a Assembléia vai chegar às ruas com muito mais verdade e resgatar, junto à sociedade, a credibilidade deste Poder. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Deputado Riva, nobres Deputados, eu gostaria de fazer, até, uma verdadeira apologia ao Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso na oportunidade da votação desta emenda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Gostaria de relembrar os grandes nomes que por aqui passaram, as nossas tradições que enriquecem o Estado de Mato Grosso e, acima de tudo, firmaram este Poder como o mais democrático de todos os Poderes, e que precisa ser o mais respeitada de todas as instituições. Mas o tempo se alongou bastante e o resumo daquilo que falou cada colega Deputado poderia ser o pronunciamento do Deputado Emanuel Pinheiro.

Quero apenas deixar as minhas palavras, como autor da emenda, em perfeita consonância com os profissionais da imprensa desta Casa que foram nos procurar, que nos advertiram, não sobre a iniciativa do Deputado Benedito Pinto e sobre o seu Projeto, que por si só abriu oportunidade para o debate e para a necessidade do enxugamento e modernização do Poder Legislativo, mas, talvez, para um possível equívoco do nobre Deputado ao estar comprometendo uma política de comunicação austera, séria e voltada para o futuro que esta Casa poderia implementar num momento tão significativo da história mundial, o biênio 1999/2000.

Quero parabenizar o Deputado Benedito Pinto pela iniciativa da sua proposta de reforma administrativa da Assembléia Legislativa.

Quero parabenizar os profissionais da imprensa que, juntamente comigo, nos ajudaram a apresentar esta emenda, evitando que um mal maior, a possível extinção da Secretaria de Imprensa desta Casa, pudesse acabar por lesá-la, fazendo com que num final de século, no começo de um novo milênio, o Poder Legislativo andasse para trás.

Parabenizo o Deputado Humberto Bosaipo, ex-Diretor de Imprensa desta Casa, ex-Presidente desta Casa, que, com muita sensibilidade, ao nosso lado negociou com os profissionais de imprensa para podermos manter a Secretaria de Imprensa do Poder Legislativo.

Parabenizo o Presidente Riva e o Deputado Romoaldo Júnior, 1º Secretário desta Casa, que em nenhum momento radicalizaram sua proposição, desde o primeiro dia em que coloquei a necessidade imperiosa de se manter, se fortalecer, se priorizar a Secretaria de Imprensa desta Casa, com o intuito único e exclusivo de fazermos, de adotarmos de uma vez por todas uma política de comunicação para o Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso.

O Sr. Wilson Santos - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Pois não, Deputado Wilson Santos.

O Sr. Wilson Santos - Deputado Emanuel Pinheiro, recordo-me do nosso início na Câmara Municipal de Cuiabá...

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Saudosos tempos...

O Sr. Wilson Santos - Bons tempos, quando havia debate. Hoje, há uma pressa para se votar tudo...

No primeiro milênio o homem que o mundo escolheu como o homem do século foi Jesus. Jesus foi o homem do primeiro milênio!

V. Ex^a sabe quem foi o homem escolhido pelos cientistas políticos, pela mídia européia e norte-americana agora no segundo milênio?

O SR. EMANUEL PINHEIRO - José Riva!

O Sr. Wilson Santos - Gêngis Khan!

Gêngis Khan foi eleito recentemente como o homem do segundo milênio, porque ele é um conquistador. Ele, na verdade, construía um novo território sob o seu domínio, interagindo conhecimentos, repassando informações.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Eu gostaria, neste aparte, de prestar homenagem à imprensa mato-grossense, notadamente a localizada em Cuiabá e Várzea Grande, que terminado o pleito eleitoral teve o discernimento de fazer um debate, uma auto-avaliação de sua participação no processo eleitoral.

Ontem, instalou-se em Brasília a CPI das Pesquisas. Anteontem, aqui em Mato Grosso, a imprensa fez a sua auto-avaliação. São caminhos, meu colega, ainda jovem Deputado, filho de um dos mais brilhantes homens públicos de Mato Grosso - seu pai presidiu esta Casa e V. Ex^a tem chances de assumir esta cadeira -, que nós temos que trilhar. Nós, jovens, temos que nos avaliar constantemente, nos reciclar constantemente, buscando a evolução. A imprensa de Mato Grosso, toda ela, talvez nenhum outro Estado tenha feito isso, Deputado Novelli - aqui o jornal *Diário de Cuiabá*, a Rádio Cultura, o jornal *Folha do Estado*, o Grupo Gazeta, a TV Centro-América, a Rádio A Voz do Oeste, a Difusora, as FMs - parou para debater a participação dos veículos de comunicação no processo eleitoral. Condenações à parte, tiveram a dignidade, sob a direção do sindicato, de fazer essa avaliação.

Eu lá não estive. Eu me senti perseguido por um determinado grupo e tomei as minhas providências. Fui à Justiça todas as vezes que me “bateram”, a Justiça me amparou e eu tive todos os direitos de resposta que quis. Tive direito a notinhas de jornal, a participação em televisão. Eu busquei o meu direito e a Justiça me resguardou! Eu coloquei a minha versão, a minha verdade, e a sociedade conheceu os dois lados.

Muitos alegam e criticam a imprensa, mas não têm coragem de pleitear, nela ou fora dela, a verdade. Então, nós estamos num processo de evolução.

Eu quero deixar aqui esta homenagem à mídia mato-grossense que teve a dignidade, a oportunidade ímpar de fazer uma auto-avaliação! E uma mídia como esta, Deputado, aqui neste Poder tem que ser valorizada, tem que ser estimulada, porque são profissionais de características diferenciadas, eles são voltados para os Parlamentos, são voltados para uma linguagem diferente. Agradeço o Deputado Emanuel Pinheiro pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado Benedito Pinto que assuma a Presidência.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 20:21 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Agradeço o brilhante discurso do Deputado Wilson Santos.

Gostaria, com muita honra, de conceder um aparte ao grande Deputado e fenômeno político, o homem de 30 mil votos nesta Casa, Deputado José Riva “Khan”, parente de Gêngis Khan...

O Sr. Riva - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Com muita honra, nobre Presidente desta Casa, Deputado José Geraldo Riva.

O Sr. Riva - Eu quero cumprimentar o Vice-Presidente, Deputado Benedito Pinto, e os demais colegas Deputados.

Quero aqui, Deputado Benedito Pinto, fazer um agradecimento público pelo belíssimo trabalho que V. Ex^a desenvolveu na área legislativa juntamente conosco.

O Deputado Benedito Pinto não foi apenas o 1º Vice-Presidente da Casa, foi também o braço direito da Presidência na parte legislativa. A Assembléia fecha a votação das

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

matérias hoje, Deputado, com chave de ouro. Nós não temos nenhuma matéria pendente, e graças à belíssima contribuição que V. Ex^a nos deu aqui nesta Casa e também belíssima foi a contribuição que V. Ex^a deu na elaboração deste Projeto.

Desde o primeiro momento em que discutimos os objetivos da reforma, Deputado Emanuel Pinheiro, nós nos baseamos... É bom dizer aqui, a todos os colegas, que o cargo comissionado ficará restrito, num futuro muito próximo, ao primeiro escalão e que vão ser priorizados sempre a competência, os concursos públicos, os testes seletivos. Mas o Deputado Benedito Pinto desenvolveu um belo trabalho, com a minha aprovação e a do Deputado Romoaldo.

Desde o primeiro momento, sentimos que haveria uma discussão e uma política criada em torno da Secretaria de Imprensa. Logicamente, pensou-se em fazer uma redução dos cargos comissionados e também valorizar o profissional aqui desta Casa que já é estável. Nós temos aqui inúmeros jornalistas, parece-me que são 18 em condições de exercerem a função na Secretaria de Imprensa.

Então, Deputado, eu quero parabenizar o Deputado Benedito Pinto, quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa de ter feito a emenda, mesmo não sendo da Comissão de Constituição e Justiça, mas fez a emenda, ela foi aceita porque tinha a nossa simpatia.

Eu quero parabenizar o Sindicato, na pessoa da Dora, que nos ligou e pediu que fizéssemos, antes de votar essa matéria, uma discussão com os profissionais da área, o que eu acho muito justo. Parabéns a todos os profissionais da área que estão contemplados pela vontade da maioria dos Deputados que entenderam a luta da categoria.

Mas, antes de mais nada, eu quero aqui fazer justiça ao trabalho do Deputado Benedito Pinto e à proposta de V. Ex^a, que conta com o nosso apoio. Muito obrigado, Deputado.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Muito obrigado, Sr. Presidente, é uma honra conceder um aparte a V. Ex^a, principalmente porque V. Ex^a apoiou a nossa iniciativa e apoiou este Projeto.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que muito já foi feito, mas há muito para se fazer pela Secretaria de Imprensa desta Casa e, principalmente, pela instituição. Eu acho que o próximo passo talvez seja a política de comunicação a ser adotada nesta Casa. Hoje, os profissionais dessa área, na Assembléia Legislativa, se encontram aptos e reciclados para dar grande contribuição para este setor aqui do Poder Legislativo. A descentralização dos poderes da Mesa talvez seja o passo mais importante que esse Legislativo poderá dar daqui para frente! E uma série, Sr. Presidente - e talvez não seja este o momento -, de medidas e iniciativas que este Poder tem que ter a coragem e a audácia de implantar e implementar a partir do ano de 1999.

Agradeço o apoio de todos os colegas Deputados. Agradeço o apoio da imprensa, em geral, e dos profissionais da imprensa da Assembléia Legislativa, em particular, pois esta medida não foi do Deputado Emanuel Pinheiro, mas foi em favor da instituição, do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2^a discussão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Em 2ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 190/98, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa.

Solicito ao nobre Deputado Ricarte de Freitas, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que reúna a mesma em plenário para emitir Parecer oral em plenário.

O SR. RICARTE DE FREITAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em mãos, na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, o Projeto de Lei nº 190/98, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O referido Projeto foi aprovado em 1ª discussão, depois de um longo debate, neste plenário, depois de um entendimento entre as partes interessadas, e vem agora para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para que possa ser devidamente apreciado em 2ª discussão.

O Projeto, com relação ao mérito, está na sua forma perfeita, não há nada que possa impedir a sua aprovação.

Portanto, o Parecer deste Relator é favorável.

Passamos à coleta de votos dos demais membros da Comissão: Deputado José Lacerda (COM O RELATOR); Deputado Benedito Pinto (COM O RELATOR); Deputado Paulo Moura (COM O RELATOR); Deputado Pedro Satélite (COM O RELATOR).

Portanto, Sr. Presidente, aprovado por unanimidade na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à Redação Final.

Em discussão única, Projeto de Resolução, de autoria do Deputado José Lacerda, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. José da Silva Araújo. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

O Sr. Wilson Santos - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente, eu gostaria de convidar os Deputados que estiverem em Cuiabá para participarem de uma Audiência Pública no dia 08 de janeiro, quando estaremos recebendo a presença do Deputado Federal Eduardo Campos, do PSB de Pernambuco, ex-Secretário de Fazenda daquele Estado, neto do Governador Miguel Arraes e sucessor político deste líder pernambucano. Ele virá a Cuiabá participar dessa Audiência Pública, onde será discutida a implantação do Projeto Nota Legal, que é uma idéia que ele implantou em Pernambuco - lotou os estádios de futebol, os cinemas, teatros e por aí fora. Além de disso, aumentou a arrecadação do ICMS do Estado em 7%!

Nós já mantivemos contato com o Deputado Luiz Soares, e o Líder do Governo deu sinal verde para a aprovação do Projeto. Já garantiram presença na Audiência o Secretário Válder Albano, o Secretário Elismar Bezerra e o Secretário Sabino Albertão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 18:00 HORAS.

Então, faremos uma bela Audiência Pública dia 08 de janeiro sobre uma matéria que está tramitando nesta Casa. O Requerimento de solicitação de Audiência Pública está devidamente aprovado. Os Deputados que estiverem em Cuiabá nessa data poderão comparecer ao Auditório Milton Figueiredo, a partir das 14:00 horas. Uma matéria de interesse da cultura, do desporto e, principalmente, da arrecadação de ICMS para o Estado.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Esta Presidência relembra aos Srs. Deputados, por determinação do Presidente da Casa, Deputado Riva, que haverá uma reunião com o Colégio de Líderes e com todos os Srs. Deputados amanhã, às 09:00 horas, para tratarmos do calendário da Convocação Extraordinária feita pelo Governador do Estado.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Benedito Pinto, Emanuel Pinheiro, Moisés Feltrin e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Roberto Nunes, Chico Daltro, Novelli, Riva, Luiz Soares, Rene Barbour e Ricarte de Freitas; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, José Lacerda, Pedro Satélite, Batico de Barros e Wilson Santos; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Quinca dos Santos e Paulo Moura; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Eliene; da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - Zilda; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Slhessarenko.

Deixaram de comparecer o Deputado Humberto Bosaipo, do PFL, e o Deputado Manoel do Presidente (LICENÇA MÉDICA).

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.